

A Escola Superior de Guerra

Entrevista de Lauryston Guerra a William Pinto Machado e Raul Mendes Silva



Raul Mendes Silva: *Quais foram os motivos que levaram à criação da Escola Superior de Guerra?*

Lauryston Guerra: Acho que os contatos, durante a campanha da Itália, entre oficiais da Força Expedicionária Brasileira e oficiais americanos inspiraram a criação da Escola Superior de Guerra. Nos Estados Unidos já existia uma Academia Industrial do Exército, que mais tarde seria transformada em Academia das Forças Armadas. Na verdade, esta Academia serviu de modelo para a ESG.

O que visava a ESG ? Principalmente estudar a realidade brasileira, entrosando civis e militares que compartilhavam dessa preocupação. Existiam alguns trabalhos nesse sentido, desde a época da Proclamação da República. Não lembro se havia estudos anteriores, do tempo do Império. As modificações provocadas pela II Guerra tinham alterado profundamente tanto o cenário nacional, como internacional. O mundo pós II Guerra Mundial, era completamente diferente do seu início, em 1939. A anterior liderança política, econômica e cultural da Europa, tinha passado para os Estados Unidos da América. De nossa parte havíamos estreitado relações com os EUA, na administração de Franklin Roosevelt.

William Pinto Machado: *como se processou a aproximação das duas culturas, a brasileira e a norte-americana ?*

Lauryston Guerra: Houve outro fator de fundamental importância: o cinema, a sétima arte, que se desenvolveu como poder de entretenimento sem igual e invadiu o nosso país e toda a América Latina, a partir das produções norte-americanas. Vale também lembrar que, no início do período republicano, grandes diplomatas brasileiros (como o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Domicio da Gama) tinham-se apercebido das mudanças no cenário político internacional e foram-se aproximando dos Estados Unidos, em detrimento da Europa. Recordo que a primeira tentativa efetiva de aproximação com os Estados Unidos foi realizada durante a Revolução Pernambucana de 1817. Quando



Da esq.: William
Pinto Machado,
Lauryston Guerra e
Raul Mendes Silva

da abdicação de D. Pedro I, em 1831, publicou-se em Recife o jornal *O Americano*, que no seu primeiro número defendia uma maior colaboração com a República do Norte.

Após a II Guerra, essa aproximação tornou-se inevitável, dadas as desigualdades econômicas, políticas e sociais entre nossos dois países. Aqui não possuíamos um instituto que estu-

tudasse a realidade brasileira, que imaginasse um planejamento estratégico. No governo Dutra tivemos o primeiro plano econômico de governo, o Plano Salte. Na concepção dos fundadores da ESG era necessário criar um instituto onde se realizassem intercâmbios de experiências entre civis e militares.

Raul Mendes Silva: *como foram as relações da ESG com o segundo governo de Vargas?*

A Escola foi-se desenvolvendo e crescendo paralelamente à complexidade do processo econômico, político e social brasileiro. No período do segundo governo de Vargas ainda não constatamos um planejamento econômico no sentido desejado pela ESG. Getúlio criou no Palácio do Catete uma equipe constituída por Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Glycon de Paiva e Inácio Rangel, com o intuito de desenvolver projetos econômicos para serem apresentados ao Congresso Nacional. O mais célebre desses projetos foi a criação da Petrobrás. Outro órgão de assessoramento, vamos dizer assim, desse período Vargas, que realmente trabalhou e realizou tarefas importantíssimas, foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A ESG continuou estudando a realidade brasileira, e o Banco de Desenvolvimento Econômico manteve sua grande importância estratégica desde aquele período. Posteriormente, no governo Café Filho, criou-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, cujo objetivo foi estudar a realidade através de uma ideologia nacionalista, atraindo para seu corpo de estagiários civis e militares e convocando a burguesia nacional para, unindo-se ao governo, estabelecer políticas e estratégias objetivando o desenvolvimento econômico do país.

William Pinto Machado: *como a ESG via o poder nacional ?*

Lauryston Guerra: Para nós, o poder nacional é uno e indivisível, como deve ser todo poder. Examinamos o poder nacional através de suas expressões, política, econômica; estudamos as questões psicossocial, militar e a ciência e tecnologia, esta a mais recente. Nenhuma das expressões deve prevalecer, elas interagem entre si. Um quadro da situação brasileira dá um exemplo que eu

acho fundamental. Após 1942, o Brasil participou da II Guerra e nesse momento o fator ativado foi o psicossocial, não só por parte do governo federal, mas também dos Estados Unidos e da Inglaterra, com duas revistas: a norte-americana *Em guarda, pela defesa das Américas* e *Netuno*, da embaixada inglesa. Isto sem falar dos *Jornais cinematográficos*.

O Brasil não precisava ir à guerra, mas foi, e com brilhantismo desempenhou na Europa-Itália todas as missões que lhe foram cometidas.

Raul Mendes Silva: *durante o segundo governo Vargas a posição da ESG foi ambivalente, plural ou monolítica? Como era o ambiente em geral?*

Lauryston Guerra: As Forças Armadas suspeitavam que o presidente, após a vitória, tramasse o seu continuísmo. Havia a agitação provocada pelo “Queremismo”, e a volta do secretário-geral do Partido Comunista Luis Carlos Prestes, com a proposta “Constituinte com Getúlio”. Foi então que civis e militares deram o golpe de 29 de outubro de 1945, acabando com o Estado Novo.

Getúlio voltaria ao governo em 1951, era um homem já mais velho, sem a dinâmica antiga das artes de governo.

Sua formação “castilhistas” ele nunca abandonou e assim possuía uma visão centralizadora do poder. Durante este período, segundo governo de Vargas, a ESG não se pronunciou contra ou a favor do presidente. Ele visitou a ESG em 1952, manifestando interesse pelos estudos aqui realizados. Nesta visita, o general Cordeiro de Farias falou ao presidente sobre os objetivos da Escola. Em seus cursos, a ESG reunia estagiários dos mais diversos matizes políticos e profissionais. O general Castelo Branco definiria mais tarde a finalidade da Escola: “Aqui se estuda o destino do país”.

William Pinto Machado: *os governos Vargas atribuíram pouca importância à fabricação de material bélico? E quanto à profissionalização do militar brasileiro?*

Lauryston Guerra: no primeiro governo Vargas não houve um descaso, propriamente dito, com a produção possível de material bélico no país. O Brasil, desde o período da Guerra do Paraguai para cá, sentiu pouco estímulo à produção industrial, principalmente porque nós não tínhamos siderurgia. Sem ela, como produzir material bélico? A Companhia Siderúrgica Nacional é da década de 40. Daí em diante é que se pode pensar em uma indústria bélica. Teve um primeiro exemplo, além da Siderúrgica, na Fábrica Nacional de Motores, em Xerém, RJ, presidida pelo Brigadeiro Guedes Muniz, concebida para produ-



22.12.1951. O Presidente entrega diplomas na Escola Superior de Guerra. Ag. Nac.

zir aviões. Essa fábrica depois foi transformada em montadora de automóveis, os famosos FNM. A indústria bélica propriamente dita é contemporânea dos nossos dias, tendo como base São José dos Campos.

A ENGESA e a EMBRAER, precisaram de apoio científico e tecnológico para desenvolver-se. Tivemos o carro *Osório*, a grande criação da ENGESA. As nossas condições eram precárias, inclusive o Brasil perdeu concorrências, provocadas por influências alheias, que levaram a ENGESA a praticamente falir.

Quanto à profissionalização, meu caro William, respondo com as palavras do ten-brigadeiro Murillo Santos. "O relacionamento correto (entre o poder civil e o militar) repousa na profissionalização dos militares e isto é que precisamente se denomina de controle objetivo, isto é, aquela situação em que as Forças Armadas têm atribuições claras, relacionadas à defesa, dispondo de um corpo de oficiais rigorosamente profissionalizado...O verdadeiro controle civil é uma decorrência da maximização do profissional militar...O corpo de oficiais altamente profissionalizado encontra-se pronto para sustentar as aspirações de qualquer grupo civil que exerça autoridade legítima no interior do Estado. Com efeito, este conjunto define os limites do poder político dos militares sem referência à distribuição do poder político entre os vários grupos civis".

Durante o governo Vargas, inclusive, foi criada a Comissão do Carvão Nacional. O grande fundador de Volta Redonda foi o general Edmundo de Macedo Soares. Pessoalmente, penso que o militar brasileiro talvez nem precisasse da ESG para ter essa preocupação. Não me refiro à intervenção política, muito característica da formação sul-americana. A intervenção militar política mais prolongada foi justamente no período de 1964-85. Anteriormente, os pronunciamentos, vamos dizer assim, as revoluções militares foram mais rápidas, como aconteceu na própria revolução de 30. O poder era entregue aos civis.

A indústria militar não tem recebido o apoio necessário. Vejam vocês, o nosso submarino nuclear, por falta de recursos, não sai do estaleiro. O projeto Aramar que, salvas as nossas limitações, é nacional em todos os aspectos, não sai da prancheta.

A ESG sempre defendeu a indústria nacional em todos os seus documentos sem uma prevalência da indústria militar. Justamente por isso, nós vivemos de trocas de informações e experiências entre militares e civis. Você, William, que foi nosso estagiário, viu que na sua turma, como na minha, havia oficiais das três Forças, tínhamos industriais, políticos, juristas, engenheiros. A Escola não tem a preocupação, e nunca teve, de conceder diplomas de mestrado, doutorado, pós-graduação. No momento atual tudo é marketing, mas a Escola não nasceu para isso.

Ela foi criada, como disse Juarez Távora num discurso aos formandos de 1952: “A Escola Superior de Guerra não tem por missão imputar uma nova cultura aos civis e militares que a freqüentam, mas simplesmente complementar e adequar a cultura de que já são portadores aos seus estagiários, visando, mediante a um processo peculiar de nivelamento cultural, (deixá-los) habilitados a trabalhar em grupos, discutindo e concluindo objetivamente sobre os problemas relativos à segurança nacional.” E de fato, durante todos esses anos, a Escola sempre discutiu, sempre contribuiu para os estudos da realidade brasileira.

Raul Mendes Silva: *porém notícias como essa estão surgindo na imprensa. Você quer dizer que, se a Escola se tornar um círculo para conceder diplomas, mestrados e doutorados, nesse caso ela estará desvirtuando os objetivos da sua criação? Obrigados.*

Lauryston Guerra: estará desvirtuando os objetivos de sua criação e de suas atividades ao longo de cinquenta anos. Esse não é o objetivo, data vênia, do Ministério da Defesa, não quero acusá-lo de desvios, nada disto, mas acontece que não condiz com o objetivo real da criação da Escola Superior de Guerra, objetivo esse que ela tem alcançado e vivido. Se as empresas, as universidades, os tribunais, as próprias Forças Armadas não aproveitam os seus estagiários para que para aqui mandam, o problema não é da Escola.

A visão da ESG é ampla, nós estudamos os problemas nacionais, e as implicações externas sobre os problemas nacionais. Somos ainda um país que não é sujeito, mas sim objeto de sua história. Não podemos negar o esforço dos brasileiros, mas permanecemos subdesenvolvidos, com desigualdades regionais imensas. Por exemplo, não temos uma marinha mercante, o primeiro sistema de transporte que foi implantado entre nós. Primeiro foi a navegação e depois as ferrovias. As ferrovias foram desaparecendo em benefício da indústria automobilística. Apesar deste imenso litoral, nossas empresas, como o Lóide, faliram e estamos pagando frete a empresas estrangeiras, contratadas para transportar produção nacional. Enfim, não há como evitar que nosso planejamento tenha que ser nacional e de longo prazo, sem improvisações nem aventuras. E creio que a ESG sempre deu bons exemplos para isso.

Conferência de Juarez Távora na Escola Superior de Guerra

Para que um Estado possa determinar com acerto os seus objetivos nacionais e preparar-se, adequadamente, para alcançá-los e mantê-los é mister estabelecer, previamente, os fundamentos da sua política de Segurança Nacional; avaliar, com prudência, a natureza e potência dos obstáculos internos e externos que se opõem, ou poderão vir a opor-se à realização daqueles objetivos; conhecer seu próprio poder atual, a extensão de suas potencialidades e o grau em que poderia transformá-las, em tempo útil, num acréscimo real àquele poder.

Isso tudo implica no Estudo das Conjunturas Nacional e Internacional e numa adequada sistemática de formulação de um Conceito Estratégico Nacional e de planejamento ligado à Segurança Nacional.

Os conceitos básicos e os princípios gerais que fundamentam e condicionam esses estudos constituem propriamente a Doutrina de Segurança Nacional (...).

A importância daquela doutrina é vital para qualquer Estado, no presente estágio das relações internacionais, e tanto mais essencial quanto maiores forem os recursos potenciais da Nação e menores o seu poder atual e sua capacidade de mobilização daqueles recursos potenciais, face aos possíveis antagonismos.

A meu ver (...) o fim último dos estudos que aqui fazemos é insuflar na consciência de nossa elite, sem distinção entre civis e militares, uma compreensão ampla e uniforme sobre os problemas da Segurança Nacional, capaz de se condensar, com o correr dos anos, numa adequada Doutrina de Segurança Nacional. Só assim garantiremos, através da necessária mutação periódica dos governos democráticos, a continuidade indispensável de uma sã política de Segurança Nacional.

A Segurança Nacional, a política e a estratégia: conceituação e inter-relação. Conferência do general Juarez Távora na Escola Superior de Guerra, em 23 de março de 1953. *Revista da Escola Superior de Guerra*. n. 1, v. I, dez. 1983. p. 18-19.